

Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana

*Francisco Teixeira**

*Oswaldo Guerra***

*Sílvio Araújo****

* Doutor em Política de Ciência e Tecnologia pela University of Sussex, Inglaterra. Professor titular da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). teixeira@ufba.br

** Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). oguerra@ufba.br

*** Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). suander@ufba.br

Resumo

A trajetória da economia baiana tem sido marcada pela concentração econômica em termos setorial, empresarial e espacial, gerando fortes desigualdades entre os territórios do estado e, em consequência, muitos problemas sociais. Diante desse quadro, os diversos governos, desde meados da década de 1990, têm buscado reverter essa concentração, por meio de um conjunto de incentivos para a atração de empreendimentos em diversos segmentos (têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, automobilística, autopeças etc.). Com a chegada desses empreendimentos, criou-se a expectativa de uma nova feição para a economia baiana, marcada pela diversificação e interiorização da indústria, a constituição de aglomerações produtivas que pudessem representar uma alternativa complementar às políticas de atração de investimentos exógenos, e o florescimento de micro, pequenas e médias empresas industriais. Apesar da ação governamental, os dados apresentados neste artigo indicam que a concentração econômica ainda continua acentuada, configurando vastos recortes do território do estado como desertos econômicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Economia baiana. Aglomerações produtivas.

Abstract

The trajectory of the economy of the State of Bahia has been marked by economic concentration in terms of sectors, enterprises and space, generating strong inequalities between the territories of the State and, in consequence, many social problems. Given this context, various governments, since the mid-1990s, have sought to revert this concentration through a set of incentives for attraction of ventures into several segments (textiles, shoes, electronic, plastic processing, automobile, auto parts, etc.). These investments contributed to raise expectations of a new flourishing economy marked by diversification and decentralization of industry, the formation of productive settlements, which could represent a complementary alternative to the policies of exogenous investment attraction, and the blossoming of micro, small and medium-sized industrial enterprises. Despite governmental action, the data presented in this paper indicates that economic concentration is still sharp, configuring large portions of the territory of the State as actual economic deserts.

Keywords: Local development. Economy of Bahia. Productive agglomerations.

INTRODUÇÃO

A trajetória da economia baiana tem sido marcada pela concentração econômica em termos setorial (químico/petroquímico, celulose e metalúrgico), empresarial (poucas empresas respondem por significativa parcela da arrecadação de impostos) e espacial (em torno da Região Metropolitana de Salvador – RMS), gerando fortes desigualdades entre os territórios do estado e, em consequência, muitos problemas sociais. Essa concentração resultou, fundamentalmente, de um processo de industrialização iniciado nos anos 1950 e ancorado em polos cuja dinâmica foi caracterizada por Teixeira e Guerra (2000) como sendo exógena e espasmódica. Essa caracterização aponta, em síntese, que os limitados efeitos de encadeamento dos grandes ciclos de investimentos na indústria baiana resultaram em uma curva de crescimento econômico marcada por picos e vales, refletindo uma permanente dependência de intervenções exógenas.

Na década de 1990, com a concessão, pelo governo federal, de incentivos fiscais e financeiros e, pelo governo estadual, de incentivos adicionais que envolviam o oferecimento de galpões dotados de água, energia, comunicações e acesso viário, uma série de novos empreendimentos industriais (têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, químico e automobilístico) veio para a Bahia. Com eles, se criou a expectativa de uma reversão dessa concentração e uma nova feição para a economia baiana, marcada pela diversificação e interiorização da indústria, a constituição de aglomerações produtivas que pudessem representar uma alternativa complementar às políticas de atração de investimentos exógenos e o florescimento de micro, pequenas e médias empresas industriais.

O principal objetivo deste artigo é avaliar se essa expectativa se efetivou, desencadeando um processo de desenvolvimento econômico endógeno, menos dependente de intervenções exógenas e menos concentrador. Para tanto, além da introdução e das conclusões, este texto possui mais três seções em

que são feitas uma revisão da literatura sobre desenvolvimento regional e concentração econômica e uma avaliação do impacto dos investimentos industriais atraídos para o estado, a partir da segunda metade dos anos 1990, sobre a dinâmica econômica local. Essa avaliação apoia-se em informações fornecidas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) sobre a evolução da estrutura da indústria de transformação baiana e pelo Observatório de Atividades Econômicas¹, a respeito de aglomerações produtivas. Com essas informações, inicialmente, são identificados os movimentos de diversificação setorial, a distribuição regional e setorial do emprego e as atividades aglomeradas por territórios de identidade² e, posteriormente, qualificam-se tais atividades. Os procedimentos metodológicos adotados pelo observatório são apresentados na mesma seção. Nas conclusões, os limites para a deflagração de um processo de desenvolvimento endógeno, redutor da concentração econômica e centrado nas realidades locais dos diversos territórios do estado da Bahia, são apontados.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA

As políticas de desenvolvimento regional no Brasil, que começaram a tomar forma na década de 1950, foram fortemente influenciadas pelas contribuições de Perroux (1995), Myrdal (1957) e Hirschman (1958). Para esses autores, o crescimento econômico não obedeceria a um mesmo padrão de distribuição espacial. Ele ocorreria de modo bastante concentrado e

¹ O Observatório de Atividades Econômicas (<http://www.observatorio.ufba.br/>) foi um projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa de Tecnologia, Inovação e Competitividade, vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, e contou com o apoio da FAPESB. As informações sobre as aglomerações produtivas se baseiam nos dados sobre empregos formais por Classe Industrial em cada município do Estado da Bahia, constantes da RAIS/Caged de 2007.

² A partir de 2006, o Estado da Bahia passou a adotar o conceito territórios de identidade como critério de regionalização. Seguindo esse conceito, a Bahia foi dividida em 26 Territórios de Identidade. Para detalhes sobre o conceito, ver Santos (2000).

com variação de intensidade, sendo maior nas áreas favorecidas pela localização de atividades industriais. Isto faria com que as regiões capazes de gerar um maior adensamento da atividade industrial ingressassem em um processo circular e cumulativo de crescimento, em detrimento das regiões relativamente mais atrasadas, o que resultaria em um aumento do hiato de desenvolvimento inter-regional. Quanto mais desenvolvidas as regiões, melhores a infraestrutura física e a capacitação da força de trabalho e, em decorrência, maior a possibilidade de elas atraírem novas atividades industriais e fornecedores de serviços para a produção.

Na tentativa de combater tal processo, o Brasil passou a adotar políticas de fixação de atividades industriais nas regiões relativamente mais atrasadas, desfavorecidas quanto à sua capacidade de atração de investimentos devido à mão invisível das forças centrípetas que, ao longo do tempo, foram fixando-se nos espaços econômicos relativamente mais adiantados. A redução das desigualdades se daria pela criação de polos industriais próximos aos maiores centros urbanos dessas regiões, baseados em indústrias motrizes que irradiariam efeitos capazes de promover o crescimento econômico.

As vantagens locacionais das regiões atrasadas estariam, inicialmente, vinculadas ao baixo custo de alguns fatores produtivos, como mão de obra e recursos naturais, e à concessão de subsídios fiscais e financeiros. Em uma etapa posterior, essas vantagens seriam reforçadas pela criação de eficiências coletivas que se originariam dos encadeamentos produtivos e das interações entre os agentes, mediante articulações locais, regionais ou intrarregionais, capazes de gerar fluxos de conhecimentos e informações entre produtores, fornecedores e consumidores. O resultado deveria ser o desenvolvimento de uma estrutura produtiva local geradora de vantagens aglomerativas com capacidade de se transformarem em vantagens competitivas, a partir da criação dos

**Estabeleceu-se uma dicotomia
entre as antigas políticas,
chamadas desenvolvimentistas,
e as que enfatizavam a liberação
das livres forças do mercado,
chamadas de neoliberais**

polos de crescimento. O investimento em indústrias motrizes poderia ser feito pelo Estado, por empresas estrangeiras ou de outras regiões do país, uma vez que a disponibilidade de capital e a capacidade empreendedora nas regiões atrasadas seriam escassas.

Essas políticas integravam, geralmente, as estratégias nacionais de substituição de importações, cujas bases conceituais remontam aos estruturalistas da Comissão

Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). No caso brasileiro, a despeito da sua adoção, tais políticas mostraram-se insuficientes para promover um processo de desenvolvimento sustentado no Nordeste brasileiro. Segundo várias avaliações, a constituição de polos de crescimento por meio de investimentos exógenos gerou resultados aquém dos esperados (STORPER, 1994). Um dos problemas geralmente associado com tais políticas foi a falta de atenção com os pré-requisitos econômicos, sociais e institucionais, necessários para que um processo virtuoso de desenvolvimento competitivo fosse desencadeado a partir desses polos (MALIZIA; FESER, 1998). Ou seja, em geral, não foram devidamente consideradas e avaliadas as possíveis vantagens locacionais das regiões receptoras dos novos investimentos.

Essa situação foi agravada com a emergência do novo contexto de globalização e abertura comercial, a partir de meados da década de 1980, levando ao abandono das políticas industriais e regionais que tinham a concessão de incentivos e subsídios como o principal estímulo para atrair investimentos. Como observa Peres (2005), a ênfase, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, passou a ser uma adequada gestão dos fundamentos macroeconômicos³ para que o mercado pudesse cumprir o seu papel de principal alocador de recursos. Assim, estabeleceu-se uma dicotomia entre as antigas

³ Essa adequada gestão costuma estar associada a políticas monetárias, fiscais e cambiais. Para uma análise das mudanças nas políticas industriais no Brasil, ver Teixeira e Ferraz (1999).

políticas, chamadas desenvolvimentistas, e as que enfatizavam a liberação das livres forças do mercado, chamadas de neoliberais.

Atualmente, existe um relativo consenso em torno da ideia de que uma estratégia de desenvolvimento regional de longo prazo não pode se basear apenas em intervenções exógenas, consubstanciadas em projetos de investimentos de larga escala. Essa constatação parece ser particularmente pertinente para regiões relativamente atrasadas que, historicamente, têm sido alvo prioritário das políticas de desenvolvimento regional. O conceito de desenvolvimento local, ou endógeno, tenta superar esses problemas. Ele pode ser sintetizado, da seguinte maneira:

[...] um processo registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1998, p. 11).

O conceito de desenvolvimento local chama a atenção, portanto, para as necessárias relações que devem existir entre a expansão econômica, o crescimento do capital humano, a participação dos atores locais e o uso sustentável dos recursos naturais. Nessa abordagem, o local desempenha um papel central, podendo ser entendido como qualquer recorte territorial que se distinga por determinados elementos culturais de identidade. Tais elementos teriam a possibilidade de conferir à produção desses territórios a diferenciação necessária ao processo de construção de vantagens competitivas sustentáveis.

Junto com o aprofundamento dos estudos sobre desenvolvimento regional e local, cresceu o interesse pelas aglomerações produtivas, que se apresentam na literatura por meio dos conceitos de *clusters*, distritos industriais ou sistemas locais de produção. Ao que tudo indica, esse crescente interesse tem como marco o trabalho de Piore e Sabel (1984) e como primeiras evidências empíricas os casos bem-sucedidos em setores tradicionais, a exemplo de têxteis e calçados, na chamada Terceira Itália, e de alta tecnologia, como a microeletrônica, no Vale do Silício, nos EUA. Aí estariam os exemplos a ser seguidos por países e regiões menos desenvolvidas nas suas tentativas de promover o desenvolvimento regional e local.

Sinteticamente, o termo *cluster* ou distrito industrial se refere a “aglomerações geográficas de atividades econômicas, cujas empresas operam nos mesmos setores ou em setores relacionados” (GIULIANI; BELL, 2005, p. 47). De acordo com a literatura, uma aglomeração produtiva local pode apresentar diferentes níveis de profundidade e organização das relações entre as firmas. Mas, onde essas relações são marcadas, ao mesmo tempo, pela cooperação e pela competição, seria possível sustentar o aprendizado coletivo, a inovação e, conseqüentemente, a competitividade.

O reconhecimento da importância das economias externas de escala promovidas pela aglomeração espacial de firmas remonta aos distritos industriais ingleses estudados por Alfred Marshall no final do século XIX, descritos no seu célebre livro *Princípios de Economia*. Nesses distritos, a organização das empresas em aglomerações do mesmo setor resultaria na obtenção de economias de escala sistêmicas, ou externalidades, possibilitando a redução do custo médio de produção de cada firma. Para Marshall (1962), as externalidades promovidas pela aglomeração seriam obtidas devido ao surgimento de indústrias subsidiárias em torno de uma indústria-chave, devotando-se cada uma a um pequeno ramo do processo de produção e trabalho, resultando, dessa divisão social do trabalho, ganhos externos

de produtividade. Com isso, fornecedores especializados são atraídos e desenvolve-se um *pool* de trabalhadores dotados de habilidades especiais, de modo que passa a haver um mercado constante para a mão de obra especializada.

Além disso, o conhecimento e a informação se acumulariam e se difundiriam mais facilmente entre as empresas do distrito, devido à proximidade entre os agentes.

Vários países da América Latina passaram a adotar políticas de dinamização de *clusters*, geralmente de pequenas empresas, como parte de políticas industriais ativas (PERES, 2005; PIETROBELLI; RABELLOTTI, 2005). Em geral, o principal objetivo dessas políticas é o de, por meio da melhoria da competitividade de pequenas empresas especializadas setorialmente e aglomeradas territorialmente, promover uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento local sustentado. Esse tipo de política é interpretado, frequentemente, como uma alternativa inovadora às políticas industriais e de desenvolvimento regional tradicionais.

No Brasil, a dinamização de *clusters*, denominados de Arranjos Produtivos Locais (APLs)⁴, foi divulgada como um dos eixos prioritários da nova estratégia de desenvolvimento econômico e social do governo federal. Como consequência, o Programa de Arranjo Produtivo Local foi incluído no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do quadriênio 2004 a 2007 e, novamente, no PPA para 2008 a 2011. Em consonância com o que se observa em outros países, o objetivo principal desse programa é promover a competitividade e a sustentabilidade das pequenas empresas dos territórios em que os APLs estão localizados, estimulando processos de desenvolvimento descentralizados.

⁴ O termo Arranjo Produtivo Local (APL) foi adotado no Brasil como substituto ao termo *clusters*, enfatizando, porém, a incipiência das relações entre as firmas e o baixo nível de capital social. A esse respeito, ver Cassiolato, Lastres e Szapiro (2000).

Essas políticas consideram que a promoção de *clusters* poderia estimular processos coletivos de cooperação e aprendizagem, os quais dinamizariam as atividades inovadoras. O poder público assumiria um papel de catalisador e mediador, no sentido de facilitar a cooperação, reduzir as assimetrias e promover ações conjuntas que pudessem desencadear um processo de desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis (FERNANDES; LIMA, 2006). É importante lembrar que esse tipo de intervenção pública já havia sido recomendado por Steindl (1945), ao discutir, em diálogo com a obra de Marshall, os problemas de sobrevivência e desvantagem das pequenas empresas:

Em muitos casos, essa desvantagem pode ser eliminada ou reduzida por alguma espécie de ação cooperativa. Se economias de grande escala forem conspícuas em alguma atividade peculiar da empresa (por exemplo, nas compras), essa atividade poderia ser desdobrada e desenvolvida em comum dentro de uma cooperativa controlada pelos próprios pequenos empresários. As desvantagens financeiras da pequena empresa poderiam ser reduzidas por ação governamental (por exemplo, através do aluguel de instalações ou do fornecimento de crédito). Isto, por sua vez, pressuporia uma coordenação da pequena empresa com os interesses da política governamental. É possível que as perspectivas de pequenos empresários cooperarem uns com os outros, e ajustando-se alegremente aos objetivos da política governamental, não sejam excessivamente brilhantes; mas o apego a atitudes individualistas dificilmente irá alterar ou deter a tendência do desenvolvimento técnico (STEINDL, 1990, p. 121).

As políticas voltadas para a promoção de *clusters*, normalmente, incluem, em paralelo à busca de competitividade pelas empresas, outras dimensões das realidades locais, tais como capital humano (os

conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida), capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e participação política da sociedade civil local), governança (as formas de liderança, participação, coordenação e negociação dos conflitos) e uso sustentável dos recursos naturais.

Essas políticas se depa-ram com o problema da seleção das aglomerações a serem priorizadas, algo que, em grande medida, está relacionado com dificuldades conceituais. Com efeito, pode-se admitir que qualquer aglomeração de pequenas empresas especializadas pode ser considerada um cluster, independentemente do tipo de vantagem locacional existente? Santos, Diniz e Barbosa (2004) lembram que as vantagens locacionais podem ser estáticas ou dinâmicas (retroalimentáveis). As estáticas podem ter como fonte recursos naturais de boa qualidade — associados à boa logística de transporte, mão de obra não qualificada a baixo custo — e incentivos fiscais. As vantagens dinâmicas, por sua vez, podem ser classificadas em multissetoriais (beneficiam vários setores e estão, geralmente, vinculadas à qualidade da logística e a ganhos de escala ou escopo) e setoriais (beneficiam particularmente o setor aglomerado). A vantagem locacional que se buscaria, ao se promoverem aglomerações produtivas, seria dinâmica.

Ela estaria relacionada principalmente com a capacidade inovadora das firmas, com o acesso a ativos e serviços complementares, com a facilidade de difusão de conhecimento especializado no local, com a imagem regional e com a capacidade das firmas reagirem coletiva ou individualmente a ameaças e oportunidades (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p.170).

Nem todas as aglomerações produtivas possuem essas vantagens locacionais. Empiricamente, encontram-se aglomerações cujos processos

históricos de formação não levaram a um grau de desenvolvimento que tenha o aprendizado ativo e a inovação como parte de suas atividades. Com relação às muitas aglomerações produtivas existentes no espaço brasileiro, por exemplo, alguns estudos teóricos e empíricos realizados no país desde 1998, como os desenvolvidos no âmbito da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist⁵), apontam que apenas algumas dessas aglomerações podem ser classificadas como efetivos arranjos e sistemas produtivos locais, localizando-se, em sua maioria, no eixo mais desenvolvido do país, a região Sul-Sudeste.

Por sua vez, com base no exame de 12 aglomerações produtivas em quatro países da América Latina (Brasil, Chile, México e Nicarágua), Pietrobelli e Rabellotti (2005) chamam a atenção para as diferenças entre as aglomerações de empresas no que concerne à aprendizagem e à inovação. Essas diferenças estariam vinculadas às características da organização industrial de cada setor. Os desempenhos coletivos também são diferentes de acordo com o setor, e essas diferenças teriam algum grau de associação com a quantidade e variedade das ações de cooperação. Além disso, as economias externas estáticas (ou passivas) são mais fáceis de ser encontradas do que as dinâmicas.

Com base em tais evidências conclui-se que, no Brasil, os pré-requisitos foram esquecidos ao se replicar a experiência dos distritos da Terceira Itália. De acordo com essa perspectiva, a emergência de aglomerações produtivas regionais estaria relacionada, em grande medida, a fatores econômicos e sociais que são produtos históricos de territórios construídos socialmente. A transferência de tais teorias e práticas para a periferia do capitalismo deveria trazer à tona as especificidades dos *clusters*

A emergência de aglomerações produtivas regionais estaria relacionada, em grande medida, a fatores econômicos e sociais que são produtos históricos de territórios construídos socialmente

⁵ A Redesist pode ser acessada em <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>

locais. Crocco e outros (2006) descrevem essas especificidades no contexto do Brasil, onde: a) a capacidade empresarial é escassa e o comportamento do empresário é, geralmente, conservador; b) a capacidade para inovar é limitada; c) o meio institucional e macroeconômico é volátil e estruturalmente limitante; d) os *clusters* estão imersos, em muitos casos, em uma economia de subsistência, localizados em regiões com baixa densidade urbana, onde a renda *per capita* é pequena, os níveis educacionais são baixos e as complementaridades produtivas com outros *clusters* são fracas. Além disso, os elementos institucionais positivos, geralmente relacionados ao capital social, raramente estão presentes.

Em suma, a revisão da literatura aqui empreendida sugere que políticas de desenvolvimento regional e local, voltadas para a dinamização de aglomerações produtivas, podem representar uma importante alternativa complementar às políticas de atração de investimentos exógenos para a formação de polos de crescimento industrial. Identificar e

qualificar as aglomerações produtivas espalhadas pelos territórios de identidade da Bahia é uma das tarefas da próxima seção.

DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE

Diante do quadro de concentração, especialmente setorial e espacial, que caracterizava a economia baiana, os diversos governos, desde meados da década de 1990, buscaram diversificar e promover uma maior interiorização da matriz industrial local, por meio de um conjunto de incentivos para a atração de investimentos em diversos segmentos (têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, automobilística, autopeças etc.). Não se pode negar que houve uma diversificação em direção aos bens de consumo duráveis e não duráveis, mas os resultados, em termos de desconcentração setorial, não são significativos.

Como se observa na Tabela 1, em que pese a atração da Ford e seus sistemistas — diga-se

Tabela 1
Estrutura da indústria de transformação – Bahia – 1990–2004

Ano	Química	Metalúrgica	Alimentos	Celulose e produtos de papel	Outros
1990	45,90	14,30	14,80	0,80	24,10
1991	47,90	14,00	15,30	0,90	21,80
1992	52,00	15,00	11,40	1,90	19,70
1993	54,90	12,90	10,20	3,10	18,90
1994	51,00	14,50	10,50	3,60	20,40
1995	47,30	15,30	10,20	5,10	22,10
1996	46,20	17,40	10,40	4,30	21,80
1997	49,40	16,80	9,10	3,90	20,80
1998	51,80	17,20	8,30	2,80	19,90
1999	56,60	16,80	6,90	3,10	16,50
2000	57,10	16,80	6,00	3,40	16,60
2001	57,40	15,40	5,10	3,60	18,50
2002	55,60	12,50	4,60	3,70	23,50
2003	51,40	12,60	3,90	3,10	29,00
2004	49,90	14,50	3,90	2,60	29,10

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

de passagem, novamente um grande investimento exógeno — e de outros segmentos produtores de bens de consumo para a Bahia, a participação da rubrica “outros”, na qual eles estão registrados, aumentou apenas 5% entre 1990 e 2004. Os setores químico e metalúrgico, produtores de bens intermediários, continuaram respondendo, ao longo da década de 1990, por mais de 60% do valor da transformação industrial na Bahia. Em 2000 e 2001, já respondiam por mais de 70% e, a partir de 2002, a participação retorna ao patamar histórico em torno de 60%. Se a produção de celulose e produtos de papel for agregada, esses percentuais tornam-se ainda maiores. Pode-se ainda constatar que, tomando-se como referência o primeiro e o último ano da série, o avanço da rubrica “outros setores” se dá, principalmente, à custa do setor de alimentos.

Com a revisão metodológica feita pelo IBGE em 2007, a série da estrutura da indústria de transformação, divulgada pela SEI, sofreu uma descontinuidade. Por conta disso, os dados apresentados na Tabela 2 referem-se apenas aos anos de 2006, 2007 e 2008. Como se nota, a concentração setorial constatada na Tabela 1 permanece praticamente inalterada. Os setores químico e metalúrgico respondem por mais de 60% do valor da transformação industrial da Bahia, ainda que este último venha perdendo densidade econômica. Quanto ao setor químico, o segmento de produtos químicos respondeu em 2008, segundo a SEI, por 24,7% desse valor, só perdendo em participação para o refino de petróleo e coque (28,1%). A petroquímica, por sua vez, possui

um enorme peso no valor bruto da produção do setor químico local (48% em 2008).

No que tange à concentração espacial, a RMS continua com forte predominância, pois nela se localizam os grandes empreendimentos químico e metalúrgico e a indústria automobilística e sua cadeia de fornecedores. O peso da RMS é também marcante na geração de empregos formais, como se nota na Tabela 3. Ela concentra mais da metade desses empregos, apesar de ter, aproximadamente, apenas 25% da população do estado.

Além disso, como observou Uderman (2005), a tímida desconcentração setorial não se fez acompanhar por uma redução da intensidade de capital das unidades produtivas. A capacidade do pequeno e médio empresariado local para aproveitar as oportunidades que as grandes empresas industriais abrem ao se implantar na região continuou aquém das expectativas. Este é outro traço marcante da economia baiana, a pequena participação das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no setor industrial. Usando dados de Receita Líquida de Vendas (RLV), Rocha e Codes (2006) apontam que, no ano de 2003, a participação dessas empresas na RLV do estado foi de apenas 15,3%, abaixo da média nordestina (20,1%), brasileira (21,1%) e dos estados de Pernambuco (27,9%), Ceará (19,0%), Rio de Janeiro (22,4%) e São Paulo (19,3%).

No que diz respeito ao Valor da Transformação Industrial (VTI), o cenário apresentado por esses autores é, praticamente, o mesmo. As MPEs baianas responderam por 15,6% do total do estado, percentual este abaixo da média nordestina (19,1%), nacional (21,1%) e dos estados de Pernambuco

Tabela 2
Estrutura da indústria de transformação – Bahia – 2006–2008

(%)

Ano	Química ⁽¹⁾	Metalúrgica ⁽²⁾	Alimentos	Celulose e produtos de papel	Outros
2006	54,8	9,0	8,1	2,2	25,9
2007	54,9	8,4	8,2	3,7	24,8
2008	52,8	9,7	9,2	3,9	24,4

Fonte: SEI.

(1) Produtos químicos + refino de petróleo e coque + fabricação de resinas e elastômeros + produtos farmacêuticos + defensivos agrícolas + perfumaria, higiene e limpeza + tintas, vernizes, esmaltes e lacas + produtos e preparados químicos diversos.

(2) Outros produtos de minerais não metálicos + fabricação de aço e derivados + metalurgia de minerais não ferrosos + produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos.

Tabela 3
Distribuição do emprego por territórios de identidade – Bahia – 2007

Território de identidade	Primário	Secundário		Terciário		Total	Bahia %	Acumulado %
		Transformação	Outros	Comércio	Outros			
Metropolitano de Salvador	1783	69062	78445	135593	610396	895.279	50,16	50,16
Portal do Sertão	3162	23002	6161	30633	41001	103.959	5,82	55,99
Extremo Sul	18141	7896	4076	18975	46275	95.363	5,34	61,35
Litoral Sul	9519	9975	2667	17947	52615	92.723	5,19	66,53
Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	6442	6448	5325	8780	36459	63.454	3,55	70,08
Recôncavo	3044	9340	3318	13507	33851	63.060	3,53	73,21
Vitória da Conquista	3234	6723	2060	13811	34164	59.992	3,36	76,98
Oeste Baiano	11200	2603	1856	9507	16895	42.061	2,35	79,40
Sertão do São Francisco	9159	3369	1796	7351	19740	41.415	2,32	81,66
Sisal	318	4176	1092	4036	22695	32.317	1,81	83,47
Sertão Produtivo	1031	3966	2538	6682	17643	31.860	1,78	85,25
Médio Rio de Contas	2339	4845	1109	7224	15895	31.412	1,76	87,01
Itapetinga	2592	11983	579	2275	9429	26.858	1,50	88,52
Baixo Sul	2795	1516	439	4444	12805	21.999	1,23	89,75
Irecê	368	285	312	3558	14555	19.078	1,06	90,82
Piemonte Norte do Itapicuru	378	651	3367	2946	11408	18.750	1,05	91,87
Chapada Diamantina	2983	549	275	1679	12288	17.774	0,99	92,87
Semiárido Nordeste II	302	622	1118	2449	12789	17.280	0,96	93,83
Vale do Jequiçá	896	875	178	2546	12784	17.279	0,96	94,80
Velho Chico	947	426	610	2550	12553	17.086	0,95	95,76
Piemonte do Paraguaçu	894	2417	312	2817	10600	17.040	0,95	96,71
Itaparica	353	447	1580	3002	8290	13.672	0,76	97,48
Piemonte da Diamantina	153	984	1658	2716	7814	13.325	0,74	98,23
Bacia do Rio Corrente	2831	378	355	1447	7892	12.903	0,72	98,95
Bacia do Jacuípe	281	1711	155	1500	9157	12.804	0,71	99,67
Bacia do Paramirim	59	118	186	903	4617	5.883	0,33	100
Total	85.204	174.367	121.567	308.878	1.094.610	1.784.626	-	-

Fonte: Observatório de Atividades Econômicas com base no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2007.

(32,0%), Ceará (16,1%), Rio de Janeiro (20,7%) e São Paulo (19,2%).

Sob a ótica da geração de empregos, as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) cumprem um destacado papel. As MPEs empregavam, no ano de 2003, 46,3% das pessoas ocupadas na indústria de transformação da Bahia, e as MEs, 29,3%. Esses percentuais são superiores aos dos estados utilizados para as comparações e à média nordestina. A importância desses números aumenta quando se constata que, nas grandes empresas, o percentual do pessoal ocupado é de 24,4% do total da indús-

tria, abaixo dos valores de Pernambuco (39,4%) e Ceará (47,1%).

Duas explicações são usualmente apresentadas para essa característica estrutural da economia baiana: o caráter da sua industrialização fortemente apoiada na produção de bens intermediários elaborados por grandes empresas intensivas em capital e com baixo grau de relações intersetoriais; e a falta de uma cultura de empreendedorismo industrial.

Rocha e Codes (2006), após comparar a participação das MPMEs nas economias da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Rio de Janeiro e de São

Paulo, usando dados da RAIS/MTB e da PIA/IBGE, chegam às seguintes conclusões:

1. Pernambuco, Ceará e São Paulo possuem economias bem menos concentradas que a Bahia, com presença significativa de MPMEs industriais. Nessas economias existe uma estreita relação de proporcionalidade entre a magnitude do PIB e o número de MPMEs industriais. O Rio de Janeiro, a exemplo da Bahia, também se caracteriza por possuir elevada concentração setorial e alta intensidade de capital, o que leva os autores a questionarem a suposta falta de empreendedorismo dos agentes econômicos locais.
2. No setor terciário não se observa uma grande discrepância entre porte da economia e número de MPMEs comerciais e de serviços.
3. A Bahia apresenta comportamento semelhante aos estados de Pernambuco, Ceará e São Paulo quando, do PIB baiano, são subtraídos os segmentos industriais intensivos em capital (química, metalurgia, papel e celulose), responsáveis pela concentração setorial e cujas oportunidades para encadeamento a montante e a jusante não foram devidamente aproveitadas. Com este procedimento metodológico, os autores consideram que a explicação mais convincente para a baixa participação das MPMEs na indústria baiana deve ser buscada na sua concentração e não na falta de empreendedorismo.

Esse mesmo procedimento permite que se identifique um número de MPMEs no setor terciário baiano um pouco superior, proporcionalmente, a dos outros estados. Pode-se, assim, inferir que os setores concentradores, mesmo não gerando oportunidades de encadeamento para as MPMEs industriais, produzem efeitos positivos no terciário,

devido à renda gerada, abrindo oportunidades para as MPMEs neste setor. Além disso, poderia estar havendo uma migração de empreendedores de um setor para outro.

**Os setores concentradores,
mesmo não gerando
oportunidades de encadeamento
para as MPMEs industriais,
produzem efeitos positivos no
terciário, devido à renda gerada**

troquímicos, metalúrgicos e papel e celulose caíram de 67% para 57% do total de exportações. Em 2005, elas atingiram 36% e voltaram a subir para 46% em 2008. Neste período, o destaque ficou por conta do forte crescimento das exportações de derivados de petróleo — que pularam de 5,1% em 1995 para 23% em 2005, recuando para 16% em 2008 —, do surgimento das exportações automotivas — 15% em 2005 e 7,5% em 2008 — e do aparecimento, a partir de 2005, ainda que com percentuais modestos, das exportações de calçados, móveis e borracha e suas obras (FERREIRA JÚNIOR; FREITAS; MOTA, 2010).

Apesar dos tímidos resultados em termos de desconcentração econômica, pode-se perguntar: os investimentos atraídos após a segunda metade dos anos 1990 tiveram a capacidade de aglomerar atividades produtivas por territórios de identidade que possam vir a representar uma alternativa complementar às políticas de atração de investimentos exógenos e gerar um desenvolvimento endógeno?

Os dados disponíveis no Observatório de Atividades Econômicas não são animadores. Eles apontam a existência de 108 aglomerações produtivas na Bahia (Tabela 4), distribuídas setorialmente pelos territórios de identidade. Observa-se que os oito territórios, responsáveis em 2007 por quase 80% do emprego formal no estado (Tabela 3), concentram 57 aglomerações, correspondendo a 52,7% do total. Esses territórios, com os respectivos números

A pauta de exportações talvez seja o indicador que melhor reflete as tímidas transformações setoriais que ocorreram na matriz industrial da Bahia. Entre 1995 e 2000, as vendas externas dos produtos químicos e pe-

de aglomerações, são: Região Metropolitana de Salvador (dez), Portal do Sertão (nove), Extremo Sul (dez), Litoral Sul (cinco), Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte (seis), Recôncavo (quatro), Vitória da Conquista (seis), Oeste Baiano (sete). Essas são, evidentemente, as regiões do estado que possuem maior dinamismo econômico.

Na identificação dessas aglomerações por território, o Observatório de Atividades Econômicas adotou os seguintes procedimentos metodológicos:

- Excluiu os dados de atividades cujos mercados fossem locais. Com isso foram eliminadas as atividades relacionadas a comércio, órgãos e concessionárias de serviços públicos e serviços não industriais. Esse procedimento justifica-se pelo fato de que essas atividades não levam à identificação de particularidades produtivas de um dado território.
- Agrupou atividades de classes industriais (CNAE) que fazem parte da mesma cadeia produtiva ou ramos correlatos. Adotou-se,

Tabela 4
Distribuição setorial das atividades aglomeradas por territórios de identidade – Bahia – 2007

Território de identidade	Primário	Secundário		Terciário		Total
		Transformação	Outros	Comércio	Outros	
Metropolitano de Salvador	0	2	0	0	8	10
Extremo Sul	6	2	1	0	1	10
Portal do Sertão	1	8	0	0	0	9
Sertão Produtivo	4	4	0	0	0	8
Oeste Baiano	6	1	0	0	0	7
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	3	1	1	0	1	6
Vitória da Conquista	2	4	0	0	0	6
Litoral Sul	2	2	0	0	1	5
Baixo Sul	3	1	0	0	1	5
Recôncavo	1	3	0	0	0	4
Médio Rio de Contas	2	2	0	0	0	4
Chapada Diamantina	3	0	0	0	1	4
Vale do Jequiçá	3	1	0	0	0	4
Bacia do Rio Corrente	4	0	0	0	0	4
Itaparica	0	0	1	0	2	3
Itapetinga	1	2	0	0	0	3
Sertão do São Francisco	2	1	0	0	0	3
Sisal	0	2	0	0	0	2
Irecê	1	0	0	0	1	2
Piemonte da Diamantina	0	0	1	0	1	2
Velho Chico	2	0	0	0	0	2
Piemonte do Paraguaçu	1	1	0	0	0	2
Bacia do Jacuípe	1	1	0	0	0	2
Piemonte Norte do Itapicuru	0	0	1	0	0	1
Semiárido Nordeste II	0	0	0	0	0	0
Bacia do Paramirim	0	0	0	0	0	0
Total	48	38	5	0	17	108

Fonte: Observatório de Atividades Econômicas com base no MTE, 2007.

para essas atividades agrupadas, a denominação de aglomerações produtivas.

- Para ser identificada, a atividade deveria ter um Quociente Locacional (QL) maior ou igual a 1,4; além de possuir mais de 20 estabelecimentos instalados nos municípios que compõem cada território de identidade. Os valores desses indicadores foram estabelecidos após análise qualitativa dos resultados, visando chegar a uma lista de aglomerações representativa da economia baiana. A definição do QL e os procedimentos da análise qualitativa são expostos a seguir.

O Observatório de Atividades Econômicas usou a metodologia proposta por Suzigan e outros (2004) para qualificar as aglomerações identificadas. Essa metodologia utiliza os seguintes indicadores:

Participação Relativa do Emprego (PRE): indica a importância da atividade do território em relação à atividade em todo o estado.

$$PRE = \frac{NrEij}{NrEiBA}$$

Onde:

NrEij = número de empregados do setor i no território de identidade j

NrEiBA = número de empregados do setor i na Bahia

Coefficiente de Gini (G): mede o grau de concentração da indústria.

$$G = \left| 1 - \sum_{k=1}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k) (Y_{k+1} + Y_k) \right|$$

Onde:

X = total da quantidade de empregos por território de identidade

Y = total da quantidade de empregos no setor por território

Quociente Locacional (QL): indica o grau de especialização da atividade produtiva no território (HADDAD, 1989).

$$QL = \frac{NrEij / NrEj}{NrEiBA / NrEBA}$$

Onde:

NrEij = número de empregados do setor i no território j

NrEj = número total de empregados no território j

NrEiBA = número de empregados do setor i na Bahia; e, NrEBA = número total de empregados na Bahia

Considerando que a metodologia adotada por Suzigan, Furtado, Garcia e Sampaio (2004) possui algumas limitações que, todavia, não se constituem em elementos impeditivos para uma identificação de aglomerações produtivas, o Observatório de Atividades Econômicas realizou uma avaliação adicional, cruzando as informações com pesquisas de campo para verificar se os dados refletiam a realidade das aglomerações.

Após a obtenção dos indicadores, todas as aglomerações selecionadas com os filtros propostos por Suzigan, Furtado, Garcia e Sampaio (2004) foram analisadas, cruzando-se com os dados da base RAIS/Caged. Esse cruzamento fez com que, nas atividades aglomeradas, se constatassem algumas ausências e presenças não pertinentes. No caso das presenças, foram identificados diversos setores cujo volume de empregos era insignificante. Já em relação às ausências, embora alguns setores apresentassem uma quantidade de estabelecimentos inferior ao filtro de seleção, eles possuíam um volume expressivo de empregos (a exemplo do Refino de Petróleo em São Francisco do Conde, que possui dois estabelecimentos e 1.475 empregos). Ademais, setores com elevado grau de informalidade (como o de Cachaça, na Chapada Diamantina) não foram selecionados, uma vez que os empregos gerados não aparecem na base RAIS/Caged.

Em ambos os casos, foram realizados tratamentos e correções. Foi ainda realizado o cálculo dos valores médios do QL e da PRE como forma de determinar as faixas intermediárias para as qualificações das aglomerações produtivas. O QL médio apresentou o valor de 5.3 e a PRE, 13%.

Após esses procedimentos metodológicos, as aglomerações foram divididas em quatro categorias:

- Núcleos de desenvolvimento setorial-regional (5.3 \leq QL < 1000; 0.13 \leq PRE < 1)
- Vetores avançados (1.4 \leq QL < 5.3; 0.13 \leq PRE < 1)
- Vetor de desenvolvimento local (5.3 \leq QL < 1000; 0 \leq PRE < 0.13)
- Embrião de sistema local de produção (1.4 \leq QL < 5.3; 0 \leq PRE < 0.13)

Os núcleos de desenvolvimento setorial-regional e os vetores avançados, por serem mais desenvolvidos, possuem um maior potencial de irradiação das suas atividades para o restante da economia, sendo, assim, alvos prioritários de políticas que visam ao adensamento das cadeias produtivas. Além disso, podem ser também, a princípio, objetos de políticas voltadas para promover o aprendizado e

a inovação por meio da cooperação, inclusive com organizações de P&D. Já os vetores de desenvolvimento local e os embriões de sistemas locais de produção devem ser alvo de políticas menos pretensiosas, nesses casos, voltadas, basicamente, para estimular a cooperação, visando, em primeiro lugar, à expansão dos mercados.

A Tabela 5 relaciona as aglomerações que, de acordo com a tipologia acima, podem ser consideradas núcleos de desenvolvimento setorial-regional. São 21 aglomerações, todas localizadas no interior do estado e de grande importância econômica para os territórios onde se localizam. Destas, apenas quatro são vinculadas à indústria manufatureira, sendo as restantes, direta ou indiretamente, ligadas ao setor primário.

A Tabela 6 apresenta as 20 aglomerações consideradas vetores avançados. Essas aglomerações

Tabela 5
Núcleos de desenvolvimento setorial-regional – Bahia – 2007

Território de identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Produção florestal	6.25	3357	44	24.83
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Prospecção e extração de petróleo e gás	9.37	2680	22	37.2
Bacia do Rio Corrente	Cultivo de cereais	44.59	701	58	22.72
Bacia do Rio Corrente	Cultivo de soja	33.32	560	77	16.98
Chapada Diamantina	Agricultura diversificada	59.43	2187	32	36.47
Extremo Sul	Atividades de apoio à agricultura	7.83	1453	108	45.39
Extremo Sul	Cultivo e beneficiamento de café	5.57	2066	152	32.32
Extremo Sul	Produção florestal e celulose	10.34	8107	99	59.96
Itapetinga	Calçados e artefatos de couro	16.72	10887	20	35.06
Itapetinga	Criação de bovinos	6.9	2331	1080	14.47
Litoral Sul	Cultivo de cacau	13.32	6520	2021	67
Litoral Sul	Fabricação de equipamentos e componentes de TIC	12.64	1732	61	63.56
Oeste Baiano	Atividades de apoio à agricultura	9.52	766	97	23.93
Oeste Baiano	Cultivo de cereais	15.23	1181	196	38.28
Oeste Baiano	Cultivo de soja	32.62	2704	378	81.99
Oeste Baiano	Cultivo e preparação de fibras de algodão	29.04	3030	107	72.99
Portal do Sertão	Artigos para viagem	8.12	336	37	50.53
Portal do Sertão	Criação de aves	9.57	1480	67	59.51
Recôncavo	Cultivo e preparação de produtos do fumo	25.37	1764	27	74.02
Sertão do São Francisco	Fruticultura	28.18	8781	232	61.5
Vitória da Conquista	Cultivo e beneficiamento de café	10.01	1733	538	27.11

Fonte: Observatório de Atividades Econômicas com base no MTE, 2007.
Nota: (5.3 \leq QL < 1000; 0.13 \leq PRE < 1).

são importantes para a Bahia quando considerada a participação das atividades que as compõem na geração de emprego, mas não são tão relevantes para os territórios onde se localizam, pois estes possuem atividades econômicas bastante diversificadas. Verifica-se que, dessas 20, dez localizam-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e quatro no Portal do Sertão. As da RMS, que abriga um conjunto bastante amplo de atividades econômicas geradoras de empregos, com exceção das cadeias automobilística e química, são todas vinculadas ao setor terciário. As do Portal do Sertão

são todas vinculadas à indústria de transformação e indicam o alto grau de diversificação alcançado pelo Distrito Industrial de Subaé, localizado em Feira de Santana.

Em resumo, as atividades incluídas nessas aglomerações, no caso das industriais, são importantes para o estado, sendo bastante desenvolvidas, mas não têm peso muito grande no total do emprego dos territórios onde estão localizadas, por ser, relativamente, intensivas em capital.

A Tabela 7 relaciona as aglomerações produtivas classificadas como vetores de desenvolvimento

Tabela 6					
Vetores avançados – Bahia – 2007					
Território de identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Criação de aves	3.67	362	24	14.56
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Produtos de madeira	4.19	515	54	16.62
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Turismo	4.62	4686	128	18.33
Extremo Sul	Criação de bovinos	4.54	4238	1485	26.3
Extremo Sul	Produtos de madeira	4.72	848	75	27.36
Extremo Sul	Turismo	3.06	4539	547	17.75
Metropolitano de Salvador	Administração de edifícios e condomínios	1.56	22008	4005	88.07
Metropolitano de Salvador	Aluguel de máquinas e equipamentos	1.43	3555	291	80.72
Metropolitano de Salvador	Atividades de teleatendimento	1.76	11235	22	99.92
Metropolitano de Salvador	Atividades de vigilância e segurança privada	1.65	22947	104	93.35
Metropolitano de Salvador	Atividades fotográficas e similares	1.45	489	59	82.32
Metropolitano de Salvador	Cadeia automobilística	1.41	8734	64	79.79
Metropolitano de Salvador	Locação de mão de obra temporária	1.68	13743	147	95.02
Metropolitano de Salvador	Químicos, petroquímicos e fertilizantes	1.42	5401	79	80.12
Metropolitano de Salvador	Serviços de TI	1.5	6690	434	84.96
Metropolitano de Salvador	Serviços prestados às empresas	1.46	20225	999	82.85
Portal do Sertão	Indústria alimentícia	3.66	5772	186	22.8
Portal do Sertão	Indústria de materiais de construção	3.1	761	37	19.3
Portal do Sertão	Metal-mecânico	2.26	1100	95	14.05
Portal do Sertão	Têxteis e confecções	3.37	3217	273	20.97

Fonte: elaboração própria com base no MTE, 2007.

Nota: (1.4 <= QL < 5.3; 0.13 <= PRE < 1).

local. Elas são importantes para os territórios onde se localizam, uma vez que são responsáveis por boa parte do emprego local, mas não são relevantes para as atividades quando se considera o estado da Bahia como um todo, tendo em vista que o peso dos empregos gerados pelas atividades no território não é considerável. A confecção de calçados e artefatos de couro, por exemplo, é, sem dúvida, muito importante para a Bacia do Jacuípe, especialmente para o município de Ipirá, mas essa atividade se dilui quando se considera a distribuição dos empregos que gera nos diversos territórios de identidade da Bahia.

Por último, na Tabela 8, são apresentadas as aglomerações consideradas embriões de sistemas locais de produção. Essas aglomerações são constituídas por atividades que possuem pouca importância no âmbito do estado e que também estão diluídas no tecido econômico dos territórios. Elas são numerosas (53), representando 49% do total de aglomerações encontradas. Esse número poderia ser menor caso fossem usados filtros mais rigorosos. Os filtros foram mantidos, no entanto, tendo em vista proporcionar a ideia da grande dispersão e o baixo nível de adensamento das atividades produtivas no estado.

Tabela 7
Vetores de desenvolvimento local – Bahia – 2007

Território de identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Bacia do Jacuípe	Calçados e artefatos de couro	13.5	1409	22	4.54
Bacia do Rio Corrente	Produção florestal	9.75	672	23	4.97
Baixo Sul	Agricultura diversificada	11.86	686	110	11.44
Baixo Sul	Cultivo de cacau	13	1220	181	12.54
Chapada Diamantina	Cultivo e beneficiamento de café	10.53	413	81	6.46
Irecê	Cultivo de feijão	7.06	116	20	1.93
Médio Rio de Contas	Cultivo de cacau	8.29	1182	425	12.15
Piemonte da Diamantina	Pedras ornamentais	21.11	349	35	11.01
Piemonte do Paraguaçu	Móveis	10.37	289	20	6.31
Sisal	Calçados e artefatos de couro	6.66	2040	25	6.57
Sisal	Têxteis e confecções (sisal)	8.58	1297	52	8.46
Vale do Jequiçá	Criação de bovinos	6.5	406	216	2.52
Vale do Jequiçá	Cultivo e beneficiamento de café	11.09	275	57	4.3
Velho Chico	Fruticultura	6.51	302	55	2.12

Fonte: elaboração própria com base na RAIS/Caged de 2007.

Nota: (5.3 <= QL < 1000; 0 <= PRE < 0.13).

(Continua)

Tabela 8
Embriões de sistema local de produção – Bahia – 2007

Território de identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Fruticultura	1.76	996	79	6.98
Bacia do Jacuípe	Criação de bovinos	4.3	233	145	1.45
Bacia do Rio Corrente	Criação de bovinos	3.09	254	75	1.58
Baixo Sul	Atividades de apoio à agricultura	3.63	112	30	3.5
Baixo Sul	Indústria alimentícia	1.75	428	46	1.69
Baixo Sul	Turismo	2.36	583	133	2.28

Tabela 8					
Embrões de sistema local de produção – Bahia – 2007					
Território de identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Chapada Diamantina	Criação de bovinos	2.27	224	75	1.39
Chapada Diamantina	Turismo	1.79	281	60	1.1
Extremo Sul	Agricultura diversificada	1.63	565	81	9.42
Extremo Sul	Fruticultura	2.2	1818	165	12.73
Extremo Sul	Pedras ornamentais	1.6	295	35	9.31
Extremo Sul	Serviços de manutenção industrial	1.83	635	21	10.59
Irecê	Serviços educacionais	1.86	301	30	0.51
Itaparica	Construção civil	1.75	503	29	0.68
Itaparica	Serviços educacionais	2.02	464	24	0.79
Itaparica	Turismo	1.74	173	23	0.68
Itapetinga	Indústria alimentícia	1.47	780	46	3.08
Litoral Sul	Criação de bovinos	1.76	1427	439	8.86
Litoral Sul	Indústria alimentícia	1.67	2128	130	8.4
Litoral Sul	Turismo	1.91	2457	281	9.61
Médio Rio de Contas	Criação de bovinos	3.2	755	243	4.69
Médio Rio de Contas	Indústria alimentícia	2.84	1052	71	4.15
Médio Rio de Contas	Têxteis e confecções	2.92	655	43	4.27
Oeste Baiano	Agricultura diversificada	4.55	686	67	11.44
Oeste Baiano	Cultivo e beneficiamento de café	4.79	770	47	12.05
Oeste Baiano	Indústria alimentícia	2.14	1359	64	5.37
Piemonte da Diamantina	Serviços de saúde	1.5	481	53	0.78
Piemonte do Paraguaçu	Criação de bovinos	5.2	510	289	3.17
Piemonte Norte do Itapicuru	Construção civil	1.66	967	47	1.3
Portal do Sertão	Calçados e artefatos de couro	2.05	3960	29	12.75
Portal do Sertão	Serviços gráficos	1.42	216	33	8.85
Portal do Sertão	Transformação de plásticos	1.79	1000	48	11.11
Recôncavo	Indústria alimentícia	1.6	1184	94	4.68
Recôncavo	Metal-mecânico	1.78	407	22	5.2
Recôncavo	Móveis	2.43	325	39	7.09
Sertão do São Francisco	Cultivo de cereais	1.98	133	40	4.31
Sertão do São Francisco	Indústria alimentícia	4.1	2266	33	8.95
Sertão Produtivo	Criação de bovinos	1.72	373	207	2.32
Sertão Produtivo	Cultivo de cereais	2.82	117	47	3.79
Sertão Produtivo	Cultivo e preparação de fibras de algodão	3.16	176	24	4.24
Sertão Produtivo	Fruticultura	1.57	302	119	2.12
Sertão Produtivo	Indústria de materiais de construção	3.21	170	20	4.31
Sertão Produtivo	Metal-mecânico	1.53	161	26	2.06
Sertão Produtivo	Produtos de madeira	2.62	109	28	3.52
Sertão Produtivo	Têxteis e confecções	5.28	1088	43	7.09

Tabela 8
Embriões de sistema local de produção – Bahia – 2007

Território de identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Vale do Jequiçá	Cultivo de cacau	3.21	121	48	1.24
Vale do Jequiçá	Indústria alimentícia	2.08	204	27	0.81
Velho Chico	Criação de bovinos	4.51	236	108	1.46
Vitória da Conquista	Criação de bovinos	2.28	993	495	6.16
Vitória da Conquista	Indústria de materiais de construção	2.37	253	26	6.42
Vitória da Conquista	Metal-mecânico	1.4	297	35	3.79
Vitória da Conquista	Móveis	2.81	348	33	7.6
Vitória da Conquista	Transformação de plásticos	1.99	484	24	5.38

Fonte: elaboração própria com base no MTE, 2007.

Nota: (1.4 <= QL < 5.3; 0 <= PRE < 0.13).

CONCLUSÕES

Embora diversos governos tenham tentado promover, desde meados da década de 1990, a desconcentração da economia baiana, os dados apresentados neste artigo indicam que a concentração espacial, setorial e empresarial ainda continua acentuada, configurando vastos recortes do território do estado como desertos econômicos. Paradoxalmente, apesar da concentração da produção, existe uma excessiva dispersão geográfica de aglomerações produtivas incipientes, o que atua no sentido de minar as iniciativas de provimento de infraestrutura comum, fragilizando as especializações regionais e dificultando a adoção de políticas de dinamização.

Além disso, considerando-se as classificações de intensidade tecnológica setorial adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), percebe-se que a maior parte das atividades aglomeradas pertence ao conjunto de indústrias que se caracterizam por ser de média ou baixa intensidade tecnológica (HATZICHRONOGLU, 1997). São atividades que apresentam reduzidas possibilidades de aproveitamento de economias de escala externas e, portanto, de desencadear um processo de aprendizado ativo que conduza a inovações que sejam significativas para a busca de competitividade.

Adicionalmente, tendo por referência a tese inicial de Perroux (1995), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) sobre as sinergias existentes entre a locali-

zação industrial e o desenvolvimento econômico, a situação mostra-se ainda mais complicada. O argumento desses autores é que os investimentos, normalmente, migram para atividades produtivas mais próximas entre si, beneficiando-se da existência de capacitações complementares. Como grande parte das aglomerações da economia baiana é pouco qualificada e dispersa geograficamente, possui baixa capacidade de atrair novos investimentos complementares. As aglomerações produtivas qualificadas como embriões de sistemas locais de produção, que representam 49% do total, além de ser de baixa intensidade tecnológica, geralmente não encontram, no território de identidade, atividades complementares que possam induzir uma dinâmica mais virtuosa por meio de relações intersetoriais.

Enfim, os esforços governamentais voltados para a desconcentração econômica e o estabelecimento de um processo de desenvolvimento endógeno local, complementar às políticas de atração de investimentos exógenos, ainda não foram capazes de gerar resultados expressivos. Apesar disso, eles precisam continuar. É importante, todavia, atenção para o fato de que as políticas voltadas para o desenvolvimento endógeno local, a exemplo das políticas de dinamização de aglomerações produtivas preexistentes em um dado território, defrontam-se com significativos obstáculos. No caso nordestino, mais especificamente a Bahia, as fragilidades das atividades produtivas e das relações sociais não podem

ser desconsideradas. Vale dizer, a mera replicação de experiências internacionais dificilmente terá êxito, pois os condicionantes produtivos e sociais locais, que configuram a realidade das aglomerações, diferem entre países, regiões e estados. Nesse sentido, o esforço preliminar feito neste artigo, de identificação e qualificação das aglomerações existentes no território baiano, pode ser útil tanto para efeito de políticas de dinamização, que levem em conta a realidade dessas aglomerações, como também para monitorar os resultados das ações implementadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Estatística RAIS/ Caged 2007. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- BUARQUE, S. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: INCRA e IICA, 1998.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.; SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Seminário Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness. Rio de Janeiro: IE-BNDES, 2000. (Nota técnica, 5).
- CROCCO, M., GALINARI, R., SANTOS, F., LEMOS, M. E SIMÕES, R. Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais. *Nova Economia*, v. 16, n. 2, 2006.
- FERNANDES, A.; LIMA, J. Cluster de serviços: contribuições conceituais com base em evidências do polo médico de Recife. *Nova Economia*, v. 16, n. 1, jan./abr. 2006.
- FERREIRA JÚNIOR, H. M.; FREITAS, L. F. S.; MOTA, F. B. Oportunidades para uma inserção externa da economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 41, n. 2, abr./jun. 2010.
- GIULIANI, E.; BELL, M. The micro-determinants of meso-level learning and innovation: evidence from a Chilean wine cluster. *Research Policy*, Elsevier, v. 34, n. 1, 2005.
- HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: _____. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989.
- HATZICHRONOGLU, T. *Revision of the high-technology sector and product classification*. Paris: OCDE, 1997.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- MALIZIA, E. E.; FESER, E. J. *Understanding local economic development*, Piscataway: Rutgers University Press, 1998.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, [1890] 1962.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1957.
- PERES, W. *El (lento) retorno de las políticas industriales em América Latina y Caribe*. Santiago do Chile: Nações Unidas/ Cepal, 2005. (Série Desarrollo Productivo, 166).
- PERROUX, F. Nota sobre o conceito de polo de crescimento. In: _____. (Org.). *A planificação e os polos de crescimento*. Porto: Edições Rés, [1955] 1995.
- PIETROBELI, C.; RABELLOTTI, R. *Mejora de la competitividad en clusters y cadenas productivas en América Latina*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.
- PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.
- ROCHA, G.; CODES, A. Desenvolvimento da indústria baiana: papel e perspectivas dos médios e pequenos empreendimentos. In: AVENA, A. (Org.). *Bahia: temas estratégicos – subsídios para formulação de políticas públicas*. Salvador: SEPLAN, 2006.
- SANTOS, G. dos; DINIZ, E.; BARBOSA, E. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, v. 11, n. 22, 2004.
- SANTOS, M. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L.; SANTOS JUNIOR, O. (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- STEINDL, J. *Pequeno e grande capital: problemas econômicos do tamanho das empresas*. São Paulo: HUCITEC/Unicamp, [1945] 1990.
- SUZIGAN, W. et al. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 24, n. 4, 2004.
- TEIXEIRA, F.; FERRAZ, J. Economic instability, market opening and adjustment strategy in the Brazilian industry. *Nexos Econômicos*, Salvador: UFBA, v. 1, n. 3, 1999.
- TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.
- UDERMAN, S. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. *Revista Desenhahia*, Salvador: Desenhahia, v. 2, n. 3, set. 2005.